

Lisboa, 06 Jun (Lusa) -- Os partidos uniram-se hoje na aprovação, por unanimidade e aclamação, de uma resolução para promover o conhecimento da luta contra a ditadura e pela democracia, por iniciativa do deputado do PS e capitão de Abril Marques Júnior.

Na hora da votação, os deputados de esquerda (PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV) e parte dos do PSD aplaudiram de pé, enquanto parte da bancada dos sociais-democratas e do CDS-PP optaram por bater palmas sentados.

O texto, subscrito pelos líderes de todas as bancadas, propõe o apoio, por parte do Estado, à criação de um Museu da Liberdade e da Resistência, com sede na antiga Cadeia do Aljube, em Lisboa e de um Roteiro Nacional da Liberdade e da Resistência espalhado pelo país de locais ligados à luta antifascista e à revolução de Abril de 1974.

Durante o debate, todas as bancadas exprimiram o apoio à resolução e aos seus objectivos, como permitir que as gerações que não viveram a ditadura conheçam a luta de quem se opôs ao regime de Salazar e Caetano.

Um dos objectivos traçado na resolução é a introdução, "ao nível do ensino, incluindo ao nível dos programas curriculares, dos valores da democracia e da liberdade através do conhecimento da história contemporânea, com referência ao período da ditadura, ao seu derrube em 25 de Abril de 1974 e ao processo de consolidação do regime democrático".

O deputado socialista Marques Júnior confessou que a aprovação da resolução foi "um dos momentos mais gratificantes" que viveu no Parlamento e em que se celebram "os ideais mais puros e sublimes" do 25 de Abril.

O PCP, através do líder parlamentar, Bernardino Soares, afirmou que a resolução e as propostas feitas são importantes para que se faça "um combate ao branqueamento do regime salazarista e fascista".

Já Guilherme Silva, deputado do PSD, realçou a importância da resolução para lembrar às novas gerações "a conquista da liberdade e da democracia" em 1974, afirmando que "o 25 de Abril vai muito além dos partidos", até "pelo consenso que [o texto] recolheu" no Parlamento.

Fernando Rosas, historiador e deputado do Bloco de Esquerda, justificou o apoio do seu partido à necessidade de, em democracia, se preservar a memória histórica e apelou à "celebração do longo caminho pela democracia em Portugal".

O deputado João Rebelo, do CDS-PP, registou a adesão dos democratas-cristãos à iniciativa de Marques Júnior e afirmou que a resolução, como os valores da liberdade, "é de todos partidos e não só de um".

Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista "Os Verdes", assinalou também que a aprovação do texto é "tanto mais importante quanto existe hoje um risco para o branqueamento da ditadura".

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, qualificou a resolução como "uma homenagem àqueles que combateram pela liberdade, contra a ditadura".

A iniciativa da resolução, conduzida por Marques Junior, da discussão suscitada por uma petição do movimento "Não apaguem a memória" foi apresentada há mais de um ano.